



## Assembleia Geral

Distr.: Geral  
11 de setembro de 2024

Original: Inglês

Septuagésima nona sessão

Ponto 71 da ordem do dia provisória\* **Promoção e  
proteção dos direitos humanos**

### **Relatório da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel**

#### **Nota do Secretário-Geral\*\***

O Secretário-Geral tem a honra de transmitir à Assembleia Geral o relatório da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre os Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel, submetido em conformidade com a resolução do Conselho de Direitos Humanos.S-30/1.

\* [A/79/150](#).

\*\* O presente relatório foi enviado após o prazo final para refletir as informações mais recentes.



## **Relatório da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel**

### *Resumo*

A Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel, por meio deste, submete seu terceiro relatório à Assembleia Geral. O relatório examina o tratamento de detidos e reféns e ataques a instalações e pessoal médico de 7 de outubro de 2023 a agosto de 2024.

## I. Introdução e metodologia

1. No presente relatório, a Comissão resume suas conclusões factuais e legais sobre ataques realizados desde 7 de outubro de 2023 em instalações e pessoal médico, bem como o tratamento de detidos sob custódia de Israel e o tratamento de reféns mantidos por grupos armados palestinos. Este é o segundo relatório da Comissão sobre ataques ocorridos em 7 de outubro de 2023 e depois.<sup>1</sup>

2. A Comissão enviou nove solicitações de informação e acesso ao Governo de Israel, duas solicitações de informação ao Estado da Palestina e uma solicitação de informação ao Ministério da Saúde em Gaza. O Estado da Palestina e o Ministério da Saúde em Gaza forneceram informações. Nenhuma resposta foi recebida de Israel.

3. A Comissão aplicou a mesma metodologia e padrão de prova adotados anteriormente para suas investigações.<sup>2</sup>A Comissão consultou várias fontes de informação, coletou milhares de itens de código aberto e conduziu entrevistas remotas e presenciais com vítimas e testemunhas. O material de código aberto foi coletado forensemente de acordo com os padrões internacionais sobre a preservação de conteúdo baseado na web e regras de admissibilidade de evidências digitais. Quando necessário, o material de código aberto foi verificado por meio de referências cruzadas abrangentes com uma coleção ampla e variada de fontes respeitáveis e complementado por exame forense avançado, incluindo autenticação de mídia visual, análise de geolocalização e cronolocalização, extração de metadados e reconhecimento facial.

## II. Quadro jurídico aplicável

4. A Comissão reitera que o Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental e Gaza, e o Golã Sírio ocupado estão atualmente sob ocupação beligerante de Israel, à qual o direito internacional humanitário se aplica simultaneamente ao direito internacional dos direitos humanos.<sup>3</sup>A Comissão conclui que Israel continua a ocupar Gaza, tal como afirmado pelo Tribunal Internacional de Justiça em Julho de 2024,<sup>4e</sup> restabeleceu sua presença militar na Faixa de Gaza em outubro de 2023.<sup>5</sup>Israel está vinculado às obrigações de uma potência ocupante sob a Quarta Convenção de Genebra e o direito internacional consuetudinário, incluindo os Regulamentos relativos às Leis e Costumes de Guerra em Terra de 1907.

5. Na realização da sua análise jurídica, a Comissão teve em conta o parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça no caso *Consequências legais decorrentes das políticas e práticas de Israel no Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental*, em que o Tribunal concluiu que a presença continuada de

<sup>1</sup>O primeiro relatório foi emitido sob o símbolo [A/HRC/56/26](#).

<sup>2</sup>A metodologia e o padrão de prova estão definidos nos termos de referência da Comissão, disponível em [www.ohchr.org/sites/default/files/2022-01/TORs-UN-Independent\\_ICI\\_Occupied\\_Palestin\\_Territories.pdf](http://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-01/TORs-UN-Independent_ICI_Occupied_Palestin_Territories.pdf).

<sup>3</sup>Ver [A/77/328](#), parágrafo 7; [A/HRC/50/21](#), parágrafos 16 e 20; e *Consequências legais da Construção de um muro no território palestino ocupado, Parecer Consultivo, Relatórios do TIJ 2004*, pág. 136, na pág. 178, par. 106.

<sup>4</sup>*Consequências legais decorrentes das políticas e práticas de Israel na região ocupada Território Palestino, incluindo Jerusalém Oriental*, parecer consultivo, *Relatórios do TIJ 2024*. O Tribunal Internacional de Justiça, no parágrafo 92 do seu parecer consultivo, declarou que, "para efeitos de determinar se um território é ocupado ao abrigo do direito internacional, o critério decisivo não é se a potência ocupante mantém a sua presença militar física no território em todos os momentos, mas sim se a sua autoridade 'foi estabelecida e pode ser exercida'", citando o artigo 42 do Regulamento respeitante às Leis e Costumes da Guerra em Terra de 1907.

<sup>5</sup>Ibidem, parágrafos 93 e 94.

Israel no Território Palestino Ocupado é ilegal devido ao abuso sustentado de sua posição como potência ocupante, à anexação e afirmação de controle permanente sobre o Território Palestino Ocupado e à contínua negação do direito do povo palestino à autodeterminação.<sup>6</sup>A Comissão apresentará suas recomendações sobre as modalidades de implementação do parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça em um documento de posição jurídica. As conclusões investigativas contidas no presente relatório serão usadas em casos que estão perante a Corte, incluindo o caso *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*.

### III. Conclusões factuais<sup>7</sup>

#### A. Ataques a instalações e pessoal médico

6. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre 7 de outubro de 2023 e 30 de julho de 2024, Israel realizou 498 ataques a instalações de saúde na Faixa de Gaza. Um total de 747 pessoas foram mortas diretamente nesses ataques e outras 969 ficaram feridas, e 110 instalações foram afetadas.<sup>8</sup>A OMS relatou que 78 por cento dos ataques entre 7 de outubro de 2023 e 12 de fevereiro de 2024 foram realizados por meio de força militar, enquanto 35 por cento envolveram obstrução de acesso e 9 por cento envolveram operações militarizadas de busca e detenção. Os ataques foram generalizados e sistemáticos, começando no norte da Faixa de Gaza (outubro a dezembro de 2023) e depois ocorrendo no centro (dezembro de 2023 a janeiro de 2024), no sul (janeiro a março de 2024) e em outras áreas (abril a junho de 2024). A justificativa declarada das forças de segurança israelenses para os ataques foi que o Hamas estava usando hospitais para fins militares, inclusive como centros de comando e controle.

7. As forças de segurança israelenses realizaram ataques aéreos contra hospitais, causando danos consideráveis a prédios e arredores, bem como várias vítimas; cercaram e sitiaram instalações hospitalares; impediram a entrada de bens e equipamentos médicos e a saída/ entrada de civis; emitiram ordens de evacuação, mas impediram evacuações seguras; e invadiram hospitais, prendendo funcionários e pacientes. As forças de segurança israelenses também obstruíram o acesso de agências humanitárias.

8. De acordo com o Ministério da Saúde de Gaza, 500 profissionais de saúde foram mortos entre 7 de outubro e 23 de junho.<sup>9</sup>A Sociedade Crescente Vermelha Palestina relatou que 19 de seus funcionários ou voluntários foram mortos desde 7 de outubro, e que muitos outros foram detidos e atacados. O pessoal médico declarou que acreditava ter sido intencionalmente alvejado.

9. Centenas de profissionais médicos, incluindo três diretores de hospitais e o chefe de um departamento ortopédico, assim como pacientes e jornalistas foram presos pelas forças de segurança israelenses nos hospitais Shifa', Nasr e Awdah durante as ofensivas. Em pelo menos dois casos, profissionais médicos seniores morreram em detenção israelense (ver parágrafos 70–72). Segundo consta, 128 profissionais de saúde permanecem detidos pelas autoridades israelenses até 15 de julho, incluindo quatro funcionários da Sociedade do Crescente Vermelho Palestino.

<sup>6</sup>Ibid., parágrafo 261.

<sup>7</sup>Todas as informações contidas nas conclusões factuais são baseadas em informações confidenciais arquivadas e documentados pela Comissão por vítimas, testemunhas e outras fontes confiáveis, a menos que especificamente indicado.

<sup>8</sup>OMS, "oPt Emergency Situation Update, Edição 38, 7 de outubro de 2023–29 de julho de 2024 às 16:00", 29 de julho de 2024.

<sup>9</sup>Ver [www.facebook.com/MOHGaza1994/posts/pfbid0reBJ7NVLRwBWN7TPkwgSkTYGSEy42EiWzuo5C7UEEq6aVUJgM2r6zLLD1P63xmYBl](https://www.facebook.com/MOHGaza1994/posts/pfbid0reBJ7NVLRwBWN7TPkwgSkTYGSEy42EiWzuo5C7UEEq6aVUJgM2r6zLLD1P63xmYBl) (em árabe).

10. Até 15 de julho, 113 ambulâncias foram atacadas e pelo menos 61 foram danificadas.<sup>10</sup>A Comissão documentou ataques diretos a comboios médicos operados pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), as Nações Unidas, a Sociedade do Crescente Vermelho Palestino e organizações não governamentais. O acesso também foi reduzido devido ao fechamento de áreas pelas forças de segurança israelenses, atrasos na coordenação de rotas seguras, postos de controle, buscas ou destruição de estradas.

11. A Comissão investigou o ataque de 29 de janeiro em Tall al-Hawa contra uma família palestina e uma ambulância da Sociedade do Crescente Vermelho Palestino que havia sido chamada para ajudá-los. A família era composta por dois adultos e cinco crianças, incluindo Leyan Hamada, de 15 anos, e Hind Rajab, de 5 anos. Eles foram atacados enquanto tentavam evacuar em seu carro. A ambulância, que transportava dois paramédicos, Yousef Zeino e Ahmed al-Madhoun, foi despachada após sua rota ter sido coordenada com as forças de segurança israelenses. Ela foi atingida por um projétil de tanque a uma distância de cerca de 50 m do carro da família. Hind ainda estava viva no momento em que a ambulância foi despachada. A presença de forças de segurança israelenses na área impediu o acesso. Como resultado, os corpos dos familiares não puderam ser recuperados de seu carro crivado de balas até 12 dias após o incidente. A ambulância foi encontrada destruída nas proximidades, com restos humanos dentro.

12. Em 15 de julho, dos 36 hospitais em Gaza, 20 estavam completamente inoperacionais e apenas 16 ainda estavam parcialmente operacionais,<sup>11</sup>com superlotação severa e capacidade de apenas 1.490 leitos.<sup>12</sup>

13. Os ataques e a destruição de hospitais e a escala de ferimentos traumáticos na Faixa de Gaza sobrecarregaram as instalações médicas restantes, levando ao colapso do sistema de saúde. O cerco de Gaza, que causou, entre outras coisas, falta de combustível e eletricidade, afetou severamente o funcionamento das instalações médicas e reduziu a disponibilidade de equipamentos vitais, suprimentos médicos e medicamentos. Isso resultou na despriorização de pacientes com doenças crônicas, levando a complicações evitáveis e morte. As instalações sofreram com água potável e saneamento insuficientes, sistemas de comunicação danificados ou limitados, falta de pessoal e falta de serviços de saúde pública.

14. Hospitais também foram usados como abrigos das hostilidades, levando a uma superlotação ainda maior e a um risco maior de abrigar civis durante os ataques. A superlotação foi observada, em particular, nos hospitais Shifa' e Quds, que abrigavam 50.000 e 12.000 pessoas deslocadas internamente, respectivamente.

15. Instalações médicas na Cisjordânia também foram atacadas. A OMS documentou 520 ataques a instalações de saúde entre 7 de outubro de 2023 e 30 de julho de 2024, resultando em 23 pessoas mortas e 100 pessoas feridas.<sup>13</sup>A Sociedade do Crescente Vermelho Palestino relatou um aumento no uso de força excessiva, ameaças e assédio contra suas equipes de ambulância. Em 30 de janeiro, forças de segurança israelenses secretas, disfarçadas de equipe médica e mulheres civis palestinas, invadiram o Hospital Ibn Sina em Jenin, matando intencionalmente três homens palestinos.

16. Várias instalações médicas e pessoal em Israel foram atacados de 7 a 11 de outubro por grupos armados palestinos. Em 7 de outubro, um paramédico foi morto por membros de grupos armados palestinos enquanto tratava de pessoas feridas em uma clínica odontológica no kibutz de Be'eri.<sup>14</sup>Além disso, o Hospital Barzilai em Ashkelon foi atingido

<sup>10</sup>OMS, "oPt Emergency Situation Update, Edição 36, 7 de outubro de 2023–15 de julho de 2024 às 16:00", 15 de julho de 2024.

<sup>11</sup>Idem.

<sup>12</sup>OMS, "oPt Emergency Situation Update, Edição 32, 7 de outubro de 2023–30 de maio de 2024 às 16:00", 30 de maio de 2024, e OMS, "oPt Emergency Situation Update, Edição 39, 7 de outubro de 2023 – 5 de agosto de 2024", 5 de agosto de 2024.

<sup>13</sup>OMS, "oPt Emergency Situation Update, Edição 38, 7 de outubro de 2023–29 de julho de 2024 às 16:00", 29 de julho de 2024.

<sup>14</sup>Ver A/HRC/56/CRP.3, par. 212.

em dois ataques de foguetes, um ocorrido em 8 de outubro e outro em 11 de outubro. Segundo fontes israelenses, 17 ambulâncias foram danificadas em vários locais.<sup>15</sup> De acordo com várias fontes, uma ambulância estacionada no festival Nova em 7 de outubro foi alvo de grupos armados palestinos, resultando na morte de 18 pessoas que estavam escondidas dentro dela.<sup>16</sup> Em pelo menos um caso documentado pela Comissão, em 7 de outubro, uma ambulância israelense transportou pessoal das forças de segurança israelenses.

17. Israel também diminuiu drasticamente a aprovação de autorizações para deixar Gaza para tratamento médico, principalmente impedindo que pacientes recebam tratamento em hospitais na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental. Entre outubro de 2023 e 20 de junho de 2024, apenas 5.857 dos 13.872 pacientes que solicitaram evacuação médica para fora de Gaza pela travessia de Rafah receberam aprovação. Apenas 54 por cento dos pedidos de evacuação feitos por pacientes com câncer naquele período foram aprovados.<sup>17</sup> Em julho, Israel adiou a evacuação de 150 crianças da Faixa de Gaza que precisavam de tratamento médico especializado.

#### **Descobertas sobre ataques das forças de segurança israelenses contra hospitais específicos**

18. A Comissão investigou ataques a quatro hospitais em diferentes áreas da Faixa de Gaza: o Complexo Médico Nasr (Hospital Nasr daqui em diante) e os hospitais Shifa', Awdah e Amizade Turco-Palestina (Hospital Turco daqui em diante). Esses incluem duas grandes instalações médicas e também hospitais que oferecem cuidados médicos especializados como obstetria, pediatria e oncologia. A Comissão descobriu que as forças de segurança israelenses atacaram essas instalações de maneira semelhante, sugerindo a existência de planos e procedimentos operacionais para atacar instalações de assistência médica.

19. Enquanto as forças de segurança israelenses emitiram ordens de evacuação para esses hospitais, a Comissão concluiu que as ordens não eram viáveis, não foram emitidas de forma coordenada e não poderiam ser implementadas de forma segura. Elas deram pouco tempo às administrações hospitalares — apenas algumas horas, em alguns casos — para evacuar centenas de pacientes. As forças de segurança israelenses não auxiliaram na evacuação segura dos pacientes. De acordo com várias fontes, evacuações completas não foram possíveis sem colocar em risco a vida dos pacientes. No Hospital Awdah e no Hospital Pediátrico Nasr, as forças de segurança israelenses negaram solicitações da equipe médica para facilitar a movimentação de ambulâncias a fim de tornar o processo de evacuação mais tranquilo, resultando em condições inseguras para a evacuação. Os pacientes nesses hospitais, em particular aqueles que estavam em unidades de terapia intensiva e aqueles que estavam gravemente feridos, exigiram cuidados especiais durante a movimentação.

20. A Comissão recebeu relatos sobre o ataque deliberado e direto a hospitais, incluindo os hospitais Awdah, Shifa' e Nasr, com tiros de franco-atiradores. Em um exemplo, em 13 de fevereiro, as forças de segurança israelenses emitiram uma ordem de evacuação para o Hospital Nasr. Logo após a ordem ter sido emitida, um detento palestino algemado, vestido com um traje de proteção branco, foi observado no hospital, supostamente ordenado pelas forças de segurança israelenses a notificar as pessoas para evacuarem. Ao deixar o hospital, ele foi supostamente baleado e morto pelas forças de segurança israelenses.

21. A partir de 6 de novembro de 2023, ataques repetidos aos hospitais Shifa' e Nasr, incluindo ataques especificamente direcionados à maternidade e à unidade de terapia intensiva do Hospital Shifa', resultaram no fechamento completo ou quase completo dessas instalações. Os fechamentos tiveram sérias ramificações para o restante dos hospitais já sobrecarregados de Gaza, devido ao papel central desses dois hospitais no sistema de saúde geral. Imagens de satélite dos hospitais Shifa' e Nasr capturadas em

<sup>15</sup>Governo de Israel, Ministério das Relações Exteriores, "Espadas de Ferro: Guerra no Sul – Hamas'

Ataque a Israel", comunicado de imprensa, 27 de maio de 2024.

<sup>16</sup>Para mais informações sobre o ataque ao festival Nova, veja [A/HRC/56/26](#), parágrafo 16.

<sup>17</sup>OMS, "Evacuação médica de pacientes de Gaza através da travessia de Rafah, outubro de 2023–20 de junho de 2024".

Os dias 4 de abril e 12 de março, respectivamente, mostram que os locais desses hospitais e as estradas vizinhas foram severamente danificados.

22. De acordo com o Gabinete de Imprensa das autoridades de facto em Gaza, mais de 500 corpos foram encontrados em valas comuns localizadas em terrenos hospitalares, incluindo os hospitais Shifa' e Nasr. Imagens de satélite de 23 de abril mostram pelo menos duas possíveis valas comuns no Hospital Nasr. As autoridades de facto em Gaza disseram que vários corpos foram encontrados despídos e algemados, indicando que as vítimas podem ter sido executadas. Uma testemunha envolvida na exumação de corpos perto do Hospital Nasr disse à Comissão que tinha visto corpos com ferimentos de bala na cabeça ou no pescoço. As forças de segurança israelenses negaram enterrar corpos em valas comuns, embora tenham reconhecido que soldados que procuravam os corpos de reféns tinham exumado algumas valas comuns.

23. Em 1º de novembro, o Hospital Turco deixou de operar devido a danos causados por ataques aéreos em 30 e 31 de outubro, bem como à falta de combustível e eletricidade, resultando na morte de vários pacientes, inclusive devido à falta de oxigênio. O governo turco, que financia o hospital, condenou os ataques, afirmando que as coordenadas do hospital haviam sido compartilhadas com antecedência com as forças de segurança israelenses. A partir de novembro, as forças de segurança israelenses ocuparam o hospital, que está localizado no corredor Netzarim controlado por Israel, e o usaram como base para conduzir operações. Imagens de satélite daquele período mostram a construção de aterros de solo protetores e danos incrementais a partes do hospital causados por escavadeiras. Vídeos postados na plataforma de mídia social X (antigo Twitter) mostram vários veículos militares das forças de segurança israelenses no hospital e forças de segurança israelenses celebrando um festival religioso dentro das instalações.

24. O Hospital Turco era o único hospital oncológico dedicado em Gaza. Desde seu fechamento, cerca de 10.000 pacientes com câncer ficaram sem acesso a tratamento. Consequentemente, pacientes morreram devido à falta de tratamento adequado para o câncer.

25. O Hospital Awdah, o principal provedor de cuidados de saúde reprodutiva no norte de Gaza, foi alvo repetidamente das forças de segurança israelenses de novembro de 2023 a janeiro de 2024, e novamente em maio. Foi alvo apesar do fato de que as autoridades israelenses receberam as coordenadas geográficas do hospital da Médicos sem Fronteiras, que informou a todas as partes que era um hospital em funcionamento. Três médicos, incluindo dois da Médicos sem Fronteiras, foram mortos em um ataque em 21 de novembro. O hospital estava sob cerco em dezembro, com cerca de 250 pessoas presas lá dentro enfrentando grave escassez de alimentos, água e medicamentos. Durante o cerco, todos os homens com mais de 15 anos foram obrigados a sair do hospital de cueca, e vários funcionários médicos, incluindo o diretor do hospital, foram presos. Várias pessoas, incluindo funcionários médicos e uma mulher grávida, foram supostamente mortas por atiradores.

26. Até o final de fevereiro, o Hospital Awdah, que tinha uma das únicas maternidades em funcionamento na Província de Gaza do Norte, estava parcialmente operacional, recebendo pacientes de maternidade bem além de sua capacidade. O hospital supostamente forneceu cuidados a 15.577 pacientes de maternidade no período de 7 de outubro a 23 de dezembro com apenas 75 leitos. Em 27 de fevereiro, a administração do hospital anunciou que estava encerrando parcialmente as operações, devido à falta de combustível, eletricidade e suprimentos médicos. O fechamento parcial do hospital teve consequências terríveis para os serviços de saúde na Província de Gaza do Norte, em particular para pacientes de maternidade.

### **Alegações de uso de hospitais para fins militares**

27. As forças de segurança israelitas afirmaram que mais de 85 por cento das principais instalações médicas em Gaza foram utilizadas pelo Hamas para operações terroristas, mas não apresentaram provas para tal.

comprovar essa afirmação.<sup>18</sup>As forças de segurança israelenses alegaram que havia túneis embaixo ou conectados a hospitais, e que o Hamas armazenava armas, escondia pessoal e operava quartéis-generais de dentro e embaixo de hospitais. As forças de segurança israelenses declararam que o Hamas e a Jihad Islâmica Palestina dispararam armas de dentro das instalações do hospital e que reféns foram mantidos em hospitais ou em túneis embaixo de hospitais. O Hamas negou repetidamente tais alegações. Vários reféns libertados declararam publicamente que foram mantidos em um hospital (ver parágrafo 77). A Comissão entrevistou pessoal médico sênior em hospitais e eles negaram que houvesse qualquer atividade militar, enfatizando que a única função dos hospitais era tratar pacientes.

28. As forças de segurança israelenses declararam em outubro que o complexo do Hospital Shifa e a infraestrutura abaixo dele estavam sendo usados pelo Hamas como quartel-general militar. Eles divulgaram imagens mostrando uma rede de túneis, supostamente abaixo do Hospital Shifa e usada pelo Hamas para fins militares, e imagens de um poço de túnel localizado perto de uma cerca a aproximadamente 100 m do prédio principal do hospital. As forças de segurança israelenses declararam que encontraram grandes quantidades de armas dentro do hospital durante seu ataque em março, incluindo na maternidade, e publicaram fotos de esconderijos de armas supostamente encontrados dentro do hospital. Em fevereiro, as forças de segurança israelenses fizeram declarações semelhantes e divulgaram imagens de esconderijos de armas supostamente encontrados no Hospital Nasr.

29. A Comissão documentou uma troca de tiros dentro e ao redor das instalações do Hospital Shifa que começou em 18 de março de 2024, o primeiro dia do ataque das forças de segurança israelenses ao hospital, e durou até o final de março. Imagens divulgadas pelo Hamas mostraram pessoal das forças de segurança israelenses no telhado do hospital liberando um drone de vigilância. Imagens de drones das forças de segurança israelenses da operação mostram uma troca de tiros dentro das instalações do hospital e no portão principal. Havia um número significativo de pacientes, equipe médica e pessoas deslocadas internamente supostamente presentes no hospital no momento.

#### **Cuidados de saúde reprodutiva**

30. Ataques diretos a instalações de assistência médica, incluindo aquelas que oferecem assistência e serviços de saúde sexual e reprodutiva, afetaram cerca de 540.000 mulheres e meninas em idade reprodutiva em Gaza. Em abril, foi relatado que apenas dois dos 12 hospitais parcialmente funcionais que oferecem assistência de saúde sexual e reprodutiva foram realmente capazes de fornecer tais serviços. Ataques diretos contra as principais maternidades nos hospitais Shifa' e Nasr os tornaram inoperantes. Instalações especificamente designadas como centros de assistência à saúde sexual e reprodutiva foram diretamente alvejadas ou forçadas a cessar suas operações. Essas instalações incluem o Emirati Maternity Hospital, o Awdah Hospital e o Sahabah Hospital, que são as principais instalações de assistência à saúde materna no sul e norte de Gaza. Paralelamente, várias maternidades em outros hospitais foram forçadas a fechar, incluindo a maternidade do Aqsa Hospital em janeiro. O centro de fertilização in vitro de Basmah, a maior clínica de fertilidade em Gaza, foi alvo direto de ataques aéreos em dezembro de 2023, que supostamente resultaram na destruição de aproximadamente 3.000 embriões.

31. A Comissão documentou condições inseguras para mulheres dando à luz em hospitais, incluindo falta de pessoal especializado, medicamentos e equipamentos. Profissionais médicos notaram que era extremamente desafiador controlar a dor das pacientes e prevenir infecções, já que os hospitais frequentemente careciam de suprimentos adequados, incluindo epidurais, anestesia e antibióticos. Um especialista em emergência que trabalhou no Hospital Nasr em janeiro descreveu desafios significativos no diagnóstico e tratamento de mulheres grávidas devido à falta de testes ou equipamentos de laboratório confiáveis,

<sup>18</sup>[Verx.com/IDF/status/1758071158946038180](https://www.verx.com/IDF/status/1758071158946038180).

levando a complicações evitáveis. Obstetras declararam que as mulheres tinham recebido muito pouco cuidado obstétrico e que várias delas estavam sofrendo de infecções vaginais que, se não tratadas, poderiam levar a partos prematuros, abortos espontâneos ou infertilidade. A equipe médica descreveu receber pacientes de maternidade sofrendo de desnutrição e desidratação, bem como várias infecções e anemia.

32. As mulheres têm sido cada vez mais forçadas a dar à luz em condições inseguras em casa ou em abrigos ou acampamentos, com pouco ou nenhum suporte médico, aumentando o risco de complicações resultando em ferimentos e morte ao longo da vida. Interrupções nos serviços de eletricidade e telecomunicações tornaram as linhas diretas para partos em domicílio inacessíveis, agravando os riscos para as mulheres. O cerco e as hostilidades contínuos criaram barreiras para a distribuição de kits de parto domiciliar seguros para mulheres grávidas.

33. Um aumento acentuado nas admissões de emergência resultou na despriorização dos cuidados de saúde reprodutiva nas poucas instalações médicas funcionais restantes. Pacientes pós-parto e seus recém-nascidos não tiveram tempo para se recuperar após o parto. Em vez disso, eles receberam alta poucas horas após o parto, mental e fisicamente frágeis, para abrir espaço para novas admissões. Além disso, cerca de 60.000 pacientes de maternidade não foram monitoradas adequadamente devido à indisponibilidade de cuidados pré-natais e pós-natais.

34. As hostilidades tiveram um impacto psicológico prejudicial em mulheres grávidas, puérperas e lactantes devido à exposição direta ao conflito armado e devido ao deslocamento, fome e assistência médica de baixa qualidade. Emergências obstétricas e partos prematuros aumentaram devido ao estresse e trauma. Um aumento de abortos espontâneos de até 300 por cento foi relatado desde 7 de outubro. Especialistas disseram à Comissão que os efeitos psicológicos e físicos de longo prazo dessas condições precárias para mulheres, recém-nascidos e a família permanecem desconhecidos.

#### **Cuidados pediátricos**

35. Especialistas médicos disseram à Comissão que a destruição da infraestrutura médica, a falta de suprimentos e o ataque a profissionais de saúde comprometeram o acesso das crianças a cuidados básicos de saúde e tratamento e, como resultado, tiveram efeitos diretos e indiretos na saúde das crianças em Gaza. Crianças foram mortas como resultado de ataques diretos a hospitais, com equipes médicas observando que o alto número de mortes de crianças é provavelmente atribuível ao fato de que as crianças representam a maioria dos pacientes tratados em hospitais por traumatismo contundente e penetrante.

36. Profissionais médicos disseram à Comissão que trataram crianças com ferimentos diretos de bala, indicando que crianças foram alvejadas diretamente. Eles também notaram que ferimentos em crianças eram difíceis de tratar devido à falta de suprimentos médicos básicos e saneamento precário. A Comissão havia notado anteriormente que crianças eram particularmente vulneráveis à morte e ferimentos devido à sua idade, estágio de desenvolvimento e tamanho.<sup>19</sup> Crianças eram operadas sem cuidados pré e pós-operatórios, aumentando o risco de infecções nas feridas, inclusive por insetos e parasitas, resultando em complicações e, em alguns casos, morte.

37. Ataques a instalações de assistência médica também afetaram indiretamente a saúde das crianças e aumentaram significativamente a mortalidade e morbidade infantil. Ataques a hospitais pediátricos de Gaza, incluindo os hospitais Rantisi e Nasr, bem como ataques a hospitais maiores, forçaram crianças com condições pré-existentes a buscar atendimento em instalações menores que carecem de equipe e equipamento pediátrico especializado. Um médico do Hospital Ahli declarou que o hospital não tinha os medicamentos e a experiência necessários para tratar crianças com problemas médicos complexos, como asma grave ou epilepsia.

<sup>19</sup>A/HRC/56/CRP.4, parágrafo 51.

38. Em junho, o Fundo das Nações Unidas para a Infância estimou que quase 3.000 crianças desnutridas corriam risco de morrer devido à falta de alimentos no sul de Gaza. A situação foi agravada pelos ataques contínuos às unidades de saúde. Apenas dois dos três centros de estabilização para tratamento de crianças desnutridas na Faixa de Gaza, um na província de Gaza do Norte e um na província de Deir al-Balah, estavam funcionando. A hospitalização prolongada de crianças sem nutrição adequada e em um ambiente insalubre também foi considerada ligada à desnutrição. Um médico pediatra projetou que crianças que vivem em hospitais por longos períodos sem acesso a uma nutrição adequada sofreriam de deficiências nutricionais, resultando em consequências de saúde a longo prazo. O colapso do sistema de saúde também afetou a capacidade de fornecer vacinas. Crianças menores de cinco anos correm risco de contrair poliomielite porque não foram vacinadas. O primeiro caso de poliomielite em 25 anos foi relatado pelo Ministério da Saúde em Gaza em 16 de agosto. Em setembro de 2024, ambas as partes concordaram com uma breve pausa humanitária para facilitar uma campanha de vacinação contra a poliomielite na Faixa de Gaza.<sup>20</sup>

39. Os hospitais em Gaza não podem mais oferecer tratamento de saúde mental e têm poucos funcionários especializados para tratar crianças que sofrem de problemas psicológicos, incluindo aquelas que apresentam pensamentos suicidas e de automutilação.

40. Os médicos disseram à Comissão que, como resultado dos ataques a instalações médicas e das opções limitadas de tratamento disponíveis, bebês e crianças em Gaza provavelmente sofreriam até a idade adulta. Complicações de curto prazo podem incluir bebês não atingindo marcos de desenvolvimento motor no primeiro ano de vida. A médio prazo, as crianças seriam incapazes de desenvolver a fala e atingir marcos de linguagem, e suas habilidades cognitivas poderiam ser potencialmente prejudicadas a longo prazo. Um médico resumiu a situação dizendo que a essência da infância foi destruída em Gaza.

## B. Tratamento de detidos pelas autoridades israelitas

41. Entre 7 de outubro de 2023 e julho de 2024, Israel prendeu mais de 14.000 palestinos em Gaza e na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental.<sup>21</sup> Entre esse número estavam cerca de 4.000 palestinos presos em Gaza, muitos dos quais foram transferidos para instalações em Israel para interrogatório. Além disso, centenas de membros de grupos armados palestinos foram presos em 7 e 8 de outubro dentro de Israel. Os presos em Gaza e transferidos para Israel foram apreendidos principalmente sob a Lei de Encarceramento de Combatentes Ilegais. Eles estão sendo mantidos em instalações administradas por militares, principalmente o campo de Sde Teiman no sul de Israel, mas alguns foram transferidos para instalações administradas pelo Serviço Prisional de Israel. Milhares da Cisjordânia foram presos sob ordens militares. Além disso, milhares de trabalhadores palestinos de Gaza que estavam em Israel legalmente em 7 de outubro foram detidos na instalação de Anatot na Cisjordânia, que é operada pelos militares. Cerca de 3.000 dos trabalhadores detidos foram supostamente libertados e enviados para Gaza em novembro em resposta a uma petição apresentada ao Tribunal Superior de Justiça de Israel.

### Prisão e detenção arbitrárias<sup>22</sup>

42. Milhares de palestinos, na sua maioria homens, foram presos em operações militares e ataques israelitas em Gaza e na Cisjordânia, incluindo jornalistas, defensores dos direitos humanos e

<sup>20</sup>[Verx.com/DrTedros/status/1830156377202827297](https://www.verx.com/DrTedros/status/1830156377202827297).

<sup>21</sup>Ver [https://01368b10-57e4-4138-acc3-01373134d221.usrfiles.com/ugd/01368b\\_f32f5ef6555f45d8b5a9659cc44383fc.pdf](https://01368b10-57e4-4138-acc3-01373134d221.usrfiles.com/ugd/01368b_f32f5ef6555f45d8b5a9659cc44383fc.pdf) (em hebraico).

<sup>22</sup>Além de entrevistas e apresentações, a Comissão também consultou relatórios do United Nations e organizações de direitos humanos, dados de fontes oficiais do Serviço Prisional de Israel, meios de comunicação social credíveis, incluindo *O jornal New York Times*, Cable News Network e *O Haaretz*, e relatórios investigativos.

defensores, equipe médica, pacientes, equipe das Nações Unidas e parentes de suspeitos. Meninos também foram presos. Muitos não foram informados sobre os motivos de sua prisão. Detentos liberados relataram ter sido interrogados sobre seu potencial envolvimento nas hostilidades, incluindo afiliação ao Hamas, e o paradeiro de reféns israelenses. Várias defensoras dos direitos humanos, jornalistas e políticas da Cisjordânia também foram presas e detidas sob acusações de “incitação ao terrorismo”.

43. As autoridades israelitas sustentaram que, após o controlo de segurança e o interrogatório, “os indivíduos que não estejam envolvidos em actividades terroristas são libertados e devolvidos à Faixa de Gaza [...] o mais rapidamente possível”.<sup>23</sup>No entanto, a Comissão descobriu que os detidos continuaram a ser mantidos por Israel, mesmo depois de terem passado por triagens de segurança e terem sido considerados como não representando uma ameaça real. Esses detidos incluíam idosos, pessoas sofrendo de doenças crônicas graves, mulheres grávidas, crianças e pessoal médico, bem como detidos conhecidos como “shawish” que foram mantidos sob custódia para servir como intermediários entre ou tradutores para os guardas e outros detidos e trabalhadores de Gaza.

44. De acordo com fontes oficiais israelenses, os detidos de Gaza passam por uma audiência, interrogatório ou triagem por um oficial sênior das forças de segurança israelenses “dentro de 7 a 10 dias”, enquanto a detenção de palestinos da Cisjordânia é revisada por um juiz militar. A Comissão observa que muitos detidos liberados relatam que ainda não sabem o motivo de sua prisão, sugerindo que não lhes foi dada uma audiência ou, se tal processo tivesse ocorrido, que não entenderam os procedimentos.

#### **Desaparecimentos forçados**

45. As autoridades israelenses não divulgaram os nomes e o paradeiro dos milhares de palestinos de Gaza presos desde 7 de outubro, inclusive em resposta a várias petições de habeas corpus ao Tribunal Superior de Justiça. As salvaguardas mínimas contra desaparecimentos forçados foram removidas como resultado de uma proibição recentemente introduzida de visitas pelo CICV e novas emendas às Leis de Encarceramento de Combatentes Ilegais que impedem a revisão judicial da detenção por até 75 dias e visitas de advogados por até 90 dias, pendentes de aprovação judicial. Essa situação persistiu, apesar das autoridades israelenses fornecerem um endereço de e-mail que pode ser usado para facilitar as visitas de advogados para os detidos de Gaza. Em 15 de julho, a Comissão tinha conhecimento de apenas uma instância em que um advogado foi autorizado a visitar um detido de Gaza no campo de Sde Teiman.

#### **Libertação de detidos**

46. Detidos de Gaza estão sendo libertados pelas forças de segurança israelenses no posto de travessia de Kerem Shalom sem procedimentos em vigor para garantir atenção médica ou suporte. Essa prática teve um efeito particularmente prejudicial sobre as crianças. A Comissão observa que o procedimento seguido pelas autoridades israelenses para a libertação de crianças detidas contribuiu para que crianças da Faixa de Gaza fossem separadas de suas famílias, porque retornam desacompanhadas, com capacidade limitada de localizar ou se comunicar com suas famílias. Crianças detidas libertadas mostraram sinais de extremo sofrimento psicológico e trauma.

47. Os detidos palestinos que foram inicialmente detidos nas regiões do norte de Gaza foram posteriormente libertados nas regiões do sul, longe de suas casas e famílias. A proibição imposta pelas forças de segurança israelenses de retornar ao norte de Gaza

<sup>23</sup>Ver [www.idf.il/%d7%90%d7%aa%d7%a8%d7%99-%d7%99%d7%97%d7%99%d7%93%d7%95%d7%aa/%d7%99%d7%95%d7%9e%d7%9f-%d7%94%d7%9e%d7%9c%d7%97%d7%9e%d7%94/%d7%93%d7%95%d7%97-%d7%94%d7%a9%d7%a7%d7%99%d7%a4%d7%95%d7%aa/%d7%97%d7%a7-%d7%99%d7%a8%d7%95%d7%aa/](http://www.idf.il/%d7%90%d7%aa%d7%a8%d7%99-%d7%99%d7%97%d7%99%d7%93%d7%95%d7%aa/%d7%99%d7%95%d7%9e%d7%9f-%d7%94%d7%9e%d7%9c%d7%97%d7%9e%d7%94/%d7%93%d7%95%d7%97-%d7%94%d7%a9%d7%a7%d7%99%d7%a4%d7%95%d7%aa/%d7%97%d7%a7-%d7%99%d7%a8%d7%95%d7%aa/) (em hebraico).

As prisões e os ataques contra civis que tentavam retornar ao norte dificultaram o retorno dos detidos aos seus locais de origem e a reunificação familiar.

#### **Maus-tratos durante prisões e transferências**

48. A Comissão recebeu inúmeros relatos de detidos sendo despedidos, transportados nus, vendados, algemados com força suficiente para causar ferimentos e inchaço, chutados, espancados, abusados sexualmente e submetidos a insultos religiosos e ameaças de morte, além de terem seus bens danificados durante a prisão e transferência para centros de detenção em Israel e na Cisjordânia.<sup>24</sup>

49. A Comissão documentou maus-tratos durante a transferência de detentos da Faixa de Gaza para centros de detenção em Israel e na Cisjordânia e durante a transferência entre centros. Um detento liberado disse à Comissão que havia sido esbofeteado e ameaçado por um interrogador das forças de segurança israelenses em uma "área de preparação" montada do lado de fora da base militar de Zikim. O interrogador disse a ele: "Eu vou te matar e posso te fazer desaparecer. Você não verá o sol, e ninguém saberá onde você está." Outro detento liberado disse à Comissão que os detentos foram espancados violentamente durante a viagem entre as instalações militares e do Serviço Prisional de Israel. Ele observou que um detento levou um soco no maxilar tão forte que vários de seus dentes foram quebrados.

50. Em 22 de junho de 2024, no bairro de Jabariyat, em Jenin, na Cisjordânia, as forças de segurança israelenses atiraram e feriram dois homens palestinos. Os homens feridos foram então detidos e transportados nos capôs de veículos blindados militares, apesar dos tiros contínuos na área. Um detido passou por pelo menos três ambulâncias sem ser transferido para tratamento médico. A Comissão também documentou informações indicando que as forças de segurança israelenses forçaram os detidos a entrar em túneis e edifícios em Gaza antes dos soldados designados para limpar os locais. A Comissão observou um padrão de membros das forças de segurança israelenses usando detidos palestinos para se protegerem de ataques.

#### **Maus-tratos em centros de detenção administrados por militares**

51. A Comissão verificou informações sobre maus-tratos generalizados e institucionalizados de detidos de Gaza, incluindo meninos, no campo de detenção militar de Sde Teiman, onde todos os detidos de Gaza foram inicialmente mantidos desde 8 de outubro. Os detidos foram vendados e algemados por pessoal das forças de segurança israelenses o tempo todo, confinados em grandes e superlotadas celas improvisadas e forçados a se ajoelhar em posições de estresse por horas, além de serem proibidos de falar. Foi-lhes negado acesso adequado a banheiros e chuveiros, e muitos foram forçados a usar fraldas. Eles foram submetidos a espancamentos, incluindo com cassetetes e pedaços de madeira, mesmo quando imobilizados, e intimidação e ataques de cães. Os detidos relataram dormir em colchões finos no chão, com apenas cobertores leves para se cobrir, mesmo nos meses de inverno, e sendo privados de sono. Eles foram autorizados a dormir apenas quatro a cinco horas por noite, com as luzes mantidas acesas continuamente. Não era permitido dormir durante o dia. Os detidos relataram acesso limitado a instalações sanitárias, às vezes apenas uma vez por dia, e nenhum acesso a chuveiros por semanas a fio. A comida fornecida era insuficiente e carecia de variedade, levando a perda de peso significativa e outras complicações médicas.

52. Os detidos, incluindo indivíduos mais velhos, levados para Sde Teiman para interrogatório foram amarrados em posições dolorosas ou presos a um parafuso colocado no alto de uma parede por horas, enquanto vendados e suspensos com os pés tocando ou mal tocando o chão ("shabah"). Em um caso, um detido foi deixado nessa posição por cinco a seis horas enquanto os interrogadores o sujeitavam repetidamente a mudanças extremas de temperatura,

<sup>24</sup>Ver A/HRC/56/CRP.4, pp. 15–19.

usando um ventilador forte e uma lâmpada aquecida em alternância. A Comissão também recebeu relatos de dispositivos de choque elétrico sendo usados contra detentos.

53. Condições sanitárias inadequadas restringiam a capacidade dos detentos de realizar práticas religiosas, como orações e abluções, aumentavam os riscos à saúde e serviam para humilhar e desumanizar ainda mais os detentos. Um detento disse à Comissão que, devido ao acesso pouco frequente aos banheiros, os detentos eram forçados a urinar ou defecar em suas roupas. Um detento disse que eles “foram despojados de sua humanidade e tratados como animais”. Ele acrescentou que “todos os detentos estavam sujos e cheiravam mal, deixando suas calças amareladas, enquanto os soldados que os manuseavam usavam luvas que eles jogavam nos detentos quando terminavam”.

54. As condições médicas ligadas à má higiene, incluindo erupções cutâneas, furúnculos e abscessos, pioraram. A atenção médica era escassa, de baixa qualidade e fornecida em um prédio separado, enquanto os detentos eram algemados e vendados. Em alguns casos, tanto em instalações militares quanto do Serviço Prisional de Israel, espancamentos sofridos durante interrogatórios resultaram em fraturas, mas não foi fornecida atenção médica adequada. Algemas constantes e cuidados médicos inadequados teriam causado a amputação de membros em alguns detentos. Declarações feitas por alguns profissionais médicos sugerem que eles eram cúmplices de práticas ilegais.

55. Em 3 de julho, o Procurador-Geral de Israel declarou em uma carta que o Ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben-Gvir, estava obstruindo transferências de prisioneiros para instalações do Serviço Prisional de Israel. Em agosto, 28 detidos (todos homens) permaneciam detidos em Sde Teiman.<sup>25</sup>

#### **Maus-tratos em instalações do Serviço Prisional de Israel**

56. Em 16 de outubro, o Ministro da Segurança Nacional ordenou restrições adicionais significativas nas instalações do Serviço Prisional de Israel. Essas restrições incluíam a imposição de uma proibição completa de visitas de familiares e do CICV, cancelamento ou restrição de visitas de advogados e telefonemas, e cancelamento de consultas médicas não urgentes. A eletricidade foi cortada nas celas da prisão, os bens pessoais dos detidos foram confiscados e o acesso a chuveiros e banheiros foi severamente restringido. O acesso ao ar fresco no pátio da prisão foi restringido ou proibido. Restrições foram impostas a subsídios de alimentação e aplicadas a milhares de detidos e prisioneiros, incluindo mulheres e crianças, que haviam sido detidos antes de 7 de outubro. Em várias ocasiões, o Ministro da Segurança Nacional indicou que a vingança era a motivação para essas políticas.

57. A Comissão documentou múltiplas ocorrências de abuso físico e verbal, incluindo ameaças de morte, em instalações do Serviço Prisional de Israel. Detentos nas prisões de Negev, Megiddo, Ofer e Ramon descreveram terem sido espancados por guardas usando cassetetes e pedaços de madeira enquanto estavam algemados, inclusive na chegada a essas prisões e durante buscas em celas conduzidas por unidades especiais do Serviço Prisional de Israel usando cães para intimidar e atacar prisioneiros.

58. As detidas da Cisjordânia foram submetidas às mesmas restrições que os homens nas instalações do Serviço Prisional de Israel e foram afetadas de maneiras particulares por alimentos e água insuficientes e inadequados e condições anti-higiênicas. A Comissão soube que mulheres grávidas mantidas em uma instalação do Serviço Prisional de Israel não receberam alimentos suficientes ou adequados e foram negadas assistência médica. Várias mulheres relataram que não lhes foi permitido usar os banheiros, apesar de terem solicitado acesso, ou que foram algemadas por longos períodos de tempo e, portanto,

<sup>25</sup>Ver [https://01368b10-57e4-4138-acc3-01373134d221.usrfiles.com/ugd/01368b\\_f32f5ef6555f45d8b5a9659cc44383fc.pdf](https://01368b10-57e4-4138-acc3-01373134d221.usrfiles.com/ugd/01368b_f32f5ef6555f45d8b5a9659cc44383fc.pdf) (em hebraico), parágrafos 4, 15 e 27.

precisavam de ajuda de outros detentos para usar os banheiros. As detentas tinham acesso limitado ou eram negadas a absorventes higiênicos.

#### **Tratamento de crianças**

59. A Comissão determinou que centenas de crianças de Gaza e da Cisjordânia foram presas e então transferidas e detidas em Israel e na Cisjordânia. As crianças detidas foram submetidas a extrema violência durante a prisão, detenção, interrogatório e liberação.

60. Crianças de Gaza foram mantidas em instalações militares e do Serviço Prisional de Israel. Em Sde Teiman, crianças foram mantidas com adultos e foram submetidas a maus-tratos semelhantes. Um garoto de 15 anos detido na instalação de Sde Teiman disse à Comissão que ele era a única criança entre 70 adultos em uma cela. Suas pernas foram algemadas com correntes de metal e suas mãos algemadas com tanta força que sangraram, mas ele não recebeu nenhum atendimento médico. Ele foi repetidamente punido sendo forçado a ficar de pé com as mãos levantadas por horas. Ele descreveu seus 23 dias de detenção como "os piores dias da minha vida". Um garoto de 13 anos disse à Comissão que cães foram usados contra ele durante os interrogatórios e que ele foi colocado em confinamento solitário.

61. Crianças eram presas em seções juvenis superlotadas nas instalações do Serviço Prisional de Israel, principalmente Megiddo e Ofer. Embora as crianças fossem separadas dos adultos, as autoridades israelenses as sujeitavam às mesmas restrições que aplicavam aos adultos.

#### **Estupro e outras formas de violência sexual e de gênero**

62. A Comissão documentou mais de 20 casos de violência sexual e de gênero contra detentos homens e mulheres em mais de 10 instalações militares e do Serviço Prisional de Israel, em particular na prisão de Negev e no campo de Sde Teiman para detentos homens e nas prisões de Damon e Hasharon para detentas mulheres. A violência sexual foi usada como meio de punição e intimidação desde o momento da prisão e durante toda a detenção, incluindo durante interrogatórios e buscas. Ato de violência sexual documentados pela Comissão foram motivados por ódio extremo e desejo de desumanizar o povo palestino.

63. A Comissão concluiu que a nudez forçada, com o objetivo de degradar e humilhar as vítimas na frente de soldados e outros detidos, era frequentemente usada contra vítimas do sexo masculino, incluindo revistas corporais repetidas; interrogatórios de detidos enquanto estavam nus; forçar detidos a realizar certos movimentos enquanto estavam nus ou despidos e, em alguns casos, também filmados; sujeitar detidos a insultos sexuais enquanto eram transportados nus; forçar detidos nus a entrarem juntos em uma cela lotada; e forçar detidos despidos e vendados a se agacharem no chão com as mãos amarradas atrás das costas.

64. Vários detentos do sexo masculino relataram que agentes das forças de segurança israelenses espancaram, chutaram, puxaram ou apertaram seus órgãos genitais, muitas vezes enquanto os detentos estavam nus. Em alguns casos, agentes das forças de segurança israelenses usaram objetos como detectores de metais e cassetetes. Um detento que foi mantido na prisão de Negev, de agentes das forças de segurança israelenses, declarou que, em novembro de 2023, membros da unidade Keter do Serviço Prisional de Israel o forçaram a se despir e então ordenaram que ele beijasse a bandeira israelense. Quando ele se recusou, ele foi espancado e seus órgãos genitais foram chutados tão severamente que ele vomitou e perdeu a consciência.

65. A Comissão também recebeu informações confiáveis sobre estupro e agressão sexual, incluindo o uso de uma sonda elétrica para causar queimaduras no ânus e a inserção de objetos, como paus, cabos de vassoura e vegetais, no ânus. Alguns desses atos foram supostamente filmados por soldados. Em julho, nove soldados foram interrogados

e vários presos por supostamente estuprar uma detida e causar ferimentos com risco de vida em Sde Teiman.

66. A Comissão determinou que os detidos eram rotineiramente submetidos a abuso e assédio sexual, e que ameaças de agressão sexual e estupro eram direcionadas aos detidos ou a suas familiares do sexo feminino. Um detido mantido em Sde Teiman relatou que soldados mulheres o forçaram e a outros a fazer sons como uma ovelha, amaldiçoar a liderança do Hamas e o profeta Maomé e dizer: "Eu sou uma prostituta". Os detidos eram espancados se não obedecessem. Em outro caso, um soldado tirou as calças e pressionou sua virilha no rosto de um detido, dizendo: "Você é minha cadela. Chupe meu pau."

67. As detidas também foram submetidas a agressão e assédio sexual em instalações militares e do Serviço Prisional de Israel, bem como ameaças às suas vidas e ameaças de estupro. O assédio sexual incluiu tentativas de beijar e tocar seus seios. Elas relataram revistas íntimas repetidas, prolongadas e invasivas, antes e depois dos interrogatórios. As mulheres foram forçadas a tirar todas as roupas, incluindo o véu, na frente de soldados homens e mulheres. Elas foram espancadas e assediadas enquanto eram chamadas de "feias" e tinham insultos sexuais, como "cadela" e "prostituta", direcionados a elas. Em um caso, uma detida em uma prisão do Serviço Prisional de Israel teve o acesso negado ao seu advogado depois que ela o informou sobre ameaças de estupro.

68. A Comissão recebeu relatórios da Autoridade Palestina sobre o estupro de duas detidas. Ela está tentando verificar as informações.

69. Mulheres detidas foram fotografadas sem seu consentimento e em circunstâncias degradantes, inclusive de roupa íntima na frente de soldados homens.<sup>26</sup> Em um caso, uma detida foi submetida a revistas íntimas repetidas e invasivas após sua prisão em uma delegacia de polícia no norte de Israel. Ela foi espancada, abusada verbalmente, arrastada pelos cabelos e fotografada em frente a uma bandeira israelense. As fotos foram postadas online.

#### **Mortes sob custódia**

70. Em 15 de julho, pelo menos 53 detentos palestinos morreram em centros de detenção israelenses desde 7 de outubro de 2023. Desse número, 44 pessoas eram de Gaza, incluindo 36 que morreram em Sde Teiman, e 9 eram da Cisjordânia. Os corpos dos detentos falecidos em grande parte não foram devolvidos às suas famílias para sepultamento.

71. Thaer Abu Assab, de Qalqilya na Cisjordânia, que estava preso desde 2005, morreu na Prisão de Negev em 18 de novembro de 2023 após ter sido supostamente submetido a espancamentos severos por guardas da Unidade Keter do Serviço Prisional de Israel e sua evacuação médica ter sido adiada. As autoridades israelenses abriram uma investigação criminal, mas apenas medidas disciplinares limitadas foram supostamente tomadas contra os guardas envolvidos. Dois médicos palestinos seniores de Gaza morreram em detenção israelense. O Dr. Iyad Rantisi, diretor de um hospital feminino em Bayt Lahya, foi preso em 11 de novembro em um posto de controle das forças de segurança israelenses e morreu seis dias depois na Prisão de Shikma operada pelo Serviço Prisional de Israel, onde teria sido interrogado pela Agência de Segurança de Israel (também conhecida como Shin Bet). O Dr. Adnan al-Bursh, chefe do departamento ortopédico do Hospital Shifa' na Cidade de Gaza, foi preso em dezembro e morreu na Prisão de Ofer em abril. Um detento libertado disse à Comissão que viu o Dr. Al-Bursh em Sde Teiman em dezembro de 2023 com hematomas no corpo e queixando-se de dores no peito.

72. Israel não apresentou nenhuma evidência de que investigações sobre mortes sob custódia estivessem sendo conduzidas, com o objetivo de garantir a responsabilização.

---

<sup>26</sup>Ver A/HRC/56/CRP.4, par. 381.

## C. Tratamento de reféns por grupos armados palestinos<sup>27</sup>

73. Em 7 de outubro de 2023, um total de 251 pessoas (226 civis e 25 membros das forças de segurança israelenses) foram sequestradas em Israel e levadas para Gaza como reféns.<sup>28</sup> Esse número incluiu 90 mulheres e 36 crianças, bem como idosos e cidadãos não israelenses. Os corpos de pessoas mortas nos ataques no sul de Israel também foram levados para Gaza. Durante um cessar-fogo de uma semana em novembro de 2023, 80 crianças e mulheres israelenses e 24 estrangeiros foram libertados. Em 3 de setembro, 154 reféns vivos ou mortos foram libertados ou libertados por meio de operações militares, enquanto 101 permaneceram em cativeiro.<sup>29</sup> Oito reféns israelenses foram libertados vivos por meio de quatro operações militares das forças de segurança israelenses, algumas das quais também resultaram em centenas de vítimas palestinas.

### Desaparecimentos forçados

74. Todos os reféns foram mantidos incomunicáveis, sem contato com o mundo exterior, incluindo o CICV. O Hamas e outros grupos armados palestinos não forneceram uma lista de reféns, vivos ou mortos, que eles mantêm, nem compartilharam detalhes e atualizações sobre seu paradeiro ou condição. No final de agosto, o destino da maioria dos reféns ainda mantidos em cativeiro era desconhecido.

75. Grupos armados palestinos filmaram e divulgaram pelo menos 18 vídeos de 32 reféns israelenses, incluindo três crianças. Embora esses vídeos tenham fornecido “prova de vida”, a Comissão observa que eles foram usados principalmente para exercer pressão sobre Israel, com os reféns forçados a instar o governo israelense a interromper suas operações militares em Gaza e negociar um acordo de troca. O Hamas e a Jihad Islâmica Palestina publicaram vídeos que foram projetados para aumentar a incerteza sobre o destino dos reféns. Em vídeos posteriores, foi confirmado que alguns desses reféns estavam mortos. Um alto funcionário do Hamas declarou que as famílias dos reféns estavam sendo pressionadas por meio da guerra psicológica praticada contra eles pelas Brigadas Qassam e Brigadas Quds, a fim de pressionar Netanyahu.

### Condições de cativeiro e tratamento de reféns

76. Os reféns declararam que foram mantidos em túneis, apartamentos ou prédios residenciais e hospitais.

77. No que diz respeito à presença de reféns em hospitais, a Comissão analisou imagens divulgadas pelas forças de segurança israelitas que mostram que dois reféns, um deles com ferimentos visíveis, foram levados para o Hospital Shifa' a 7 de Outubro. Isto foi posteriormente confirmado pelo Gabinete Político do Hamas, que declarou que os reféns foram transportados para lá para tratamento médico. Vários reféns libertados disseram que foram mantidos em hospitais durante o seu cativeiro, particularmente antes da sua libertação, mas não declararam que sofriam de qualquer condição médica específica na altura. A Comissão confirmou que dois reféns foram mantidos em hospitais e receberam tratamento médico para os seus ferimentos. Duas fotografias mostram o corpo de um homem israelita falecido que foi morto num kibutz a 7 de Outubro a ser levado para o Hospital Shifa'. A Comissão confirmou também que os veículos das forças de segurança israelitas foram roubados

<sup>27</sup>A Comissão baseou-se em testemunhos em vídeo e áudio de reféns libertados, acessíveis através fontes abertas, declarações de profissionais médicos que trataram de reféns libertados, relatórios médicos, evidências forenses digitais disponíveis que foram verificadas e analisadas pela Comissão e avaliações feitas por um patologista forense das Nações Unidas.

<sup>28</sup>Governo de Israel, Ministério das Relações Exteriores, “Espadas de Ferro: Guerra no Sul – Hamas' Ataque a Israel”, comunicado de imprensa, 27 de maio de 2024, e “Espadas de Ferro: Relatório de Reféns e Pessoas Desaparecidas”, comunicado de imprensa, 1 de setembro de 2024.

<sup>29</sup>Esse número inclui reféns israelenses mantidos em cativeiro pelo Hamas desde 2014.

Os veículos da base militar de Nahal Oz, incluindo veículos identificados como tendo sido usados para transportar reféns de Israel, foram levados para as instalações do Hospital Shifa.

78. Das 36 crianças sequestradas e levadas para Gaza, 9 tinham menos de 5 anos e 10 estavam sozinhas, sem outros familiares, quando foram sequestradas.<sup>30</sup> Em alguns casos, reféns pertencentes à mesma família, incluindo crianças de até 3 anos de idade, foram separados, seja durante o processo de sequestro ou enquanto estavam em cativeiro. Um total de 34 crianças foram libertadas em novembro de 2023.

79. Alguns reféns, incluindo duas crianças, foram mantidos em isolamento total. Pelo menos três mulheres mais velhas relataram ter sido mantidas em isolamento, com uma mulher de 84 anos afirmando que foi mantida sozinha por 51 dias até sua libertação.

80. Reféns mantidos em túneis relataram estar confinados em espaços escuros superlotados com acesso limitado ao ar. A maioria dos reféns libertados relatou ter tido acesso limitado a água potável e instalações de higiene, incluindo banheiros, e comida limitada, levando à perda de peso e deterioração da saúde física. Uma refém de 84 anos relatou ter recebido apenas seis encontros por dia e ter passado por períodos de vários dias sem nenhuma comida. Um estudo médico de 7 mulheres libertadas e 19 crianças libertadas encontrou um estado nutricional uniformemente ruim, em particular para crianças de 8 a 18 anos e aquelas que foram mantidas sozinhas sem membros da família.<sup>31</sup> Alguns reféns libertados relataram ter sido privados de medicamentos para doenças crônicas, com tal privação tendo efeitos particularmente prejudiciais em pessoas mais velhas.

81. O cerco imposto por Israel à Faixa de Gaza reduziu a disponibilidade de alimentos, água e medicamentos para a população em geral, incluindo os reféns. No entanto, a Comissão reitera que a responsabilidade dos grupos armados palestinos é garantir acesso adequado a alimentos, água e medicamentos para os reféns que eles mantêm, em particular os reféns vulneráveis.

82. A Comissão recebeu informações confiáveis sobre alguns reféns que foram submetidos à violência sexual e de gênero enquanto estavam em cativeiro, incluindo tortura sexualizada e abuso contra homens e mulheres quando eram mantidos em túneis. Uma refém libertada relatou que havia sido estuprada em um apartamento.

83. Enquanto alguns reféns libertados declararam que não foram maltratados, a Comissão conclui que a maioria dos reféns foi submetida a maus-tratos, e que alguns foram submetidos a violência física. Pelo menos seis reféns aparecem em vídeos e imagens tiradas em cativeiro exibindo hematomas e outros ferimentos que sofreram durante sua captura e transferência para Gaza ou enquanto estavam em cativeiro. Dois reféns homens libertados relataram que suas mãos e pés foram algemados durante os dois primeiros meses de cativeiro, inclusive enquanto comiam. Três reféns, incluindo uma criança, relataram ter sido submetidos a ameaças de morte explícitas. Cinco reféns relataram que sofreram abuso verbal e humilhação.

84. A Comissão identificou, em filmagens de vídeo divulgadas pelo Hamas, sinais de abuso físico nos corpos de três reféns homens, incluindo Sahar Baruch, de 25 anos, e Itay Svirsky, de 38 anos, que morreram em cativeiro. Isso incluía sinais de possíveis marcas de estrangulamento e laceração no rosto e nos braços, que foram corroboradas por um patologista forense independente. O Hamas alegou que os três foram mortos em um bombardeio das forças de segurança israelenses.

<sup>30</sup>Ver A/HRC/56/CRP.3, par. 168.

<sup>31</sup>Noa Ziv e outros, "Perspectivas médicas sobre crianças israelenses após sua libertação do cativeiro – Um estudo retrospectivo", *Acta Pediátrica*, vol. 113, edição 10 (outubro de 2024).

### Mortes em cativeiro

85. No início de setembro de 2024, pelo menos 70 reféns não estavam mais vivos.<sup>32</sup>O Hamas alegou que a maioria foi morta pelas forças de segurança israelenses durante operações militares.

86. A Comissão confirmou que três reféns foram baleados e mortos pelas forças de segurança israelenses enquanto tentavam se entregar às forças de segurança.<sup>33</sup>Pelo menos outros cinco reféns morreram no curso das operações das forças de segurança israelenses, mas as forças de segurança declararam que a causa exata da morte não está clara. Em agosto, os corpos de seis reféns foram recuperados de um túnel em Khan Younis, em uma área onde as forças de segurança israelenses haviam conduzido ataques aéreos anteriormente.<sup>34</sup>As forças de segurança israelenses estão investigando as circunstâncias de suas mortes em meio a relatos de que as autópsias iniciais indicam a descoberta de ferimentos de bala nos corpos. Em 1º de setembro, fontes israelenses anunciaram que seis corpos foram descobertos em um túnel em Rafah. De acordo com uma avaliação forense inicial, eles foram baleados de 48 a 72 horas antes das forças de segurança israelenses chegarem ao local.<sup>35</sup>Em 2 de setembro, o Hamas declarou que novas instruções haviam sido emitidas sobre como lidar com reféns caso as forças de segurança israelenses se aproximassem de seu local de detenção.

87. A Comissão investigou três casos em que os corpos de reféns mortos exibiam sinais de maus-tratos (ver parágrafo 84). Em um quarto caso, Israel reconheceu que uma mulher soldado mantida pelo Hamas havia sido ferida durante um ataque aéreo das forças de segurança israelenses. No entanto, as forças de segurança argumentaram que ela não havia sofrido ferimentos com risco de vida, mas, em vez disso, havia sido morta pelo Hamas. A Comissão não pôde determinar de forma independente a causa da morte.

## IV. Conclusões

### Assistência médica

88. A ofensiva em Gaza desde 7 de outubro resultou na destruição do já fraco sistema de saúde na Faixa de Gaza, com efeitos prejudiciais de longo prazo sobre os direitos da população civil à saúde e à vida. Ataques a instalações de saúde são um elemento intrínseco do ataque mais amplo das forças de segurança israelenses aos palestinos em Gaza e à infraestrutura física e demográfica de Gaza, bem como dos esforços para expandir a ocupação. As ações de Israel violam o direito internacional humanitário e o direito do povo palestino à autodeterminação, e estão em flagrante violação do parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça de julho de 2024.

89. A Comissão conclui que Israel implementou uma política concertada para destruir o sistema de saúde de Gaza. As forças de segurança israelenses deliberadamente mataram, feriram, prenderam, detiveram, maltrataram e torturaram pessoal médico e veículos médicos alvos, constituindo os crimes de guerra de homicídio doloso e maus-tratos e o crime contra a humanidade de extermínio. As autoridades israelenses realizaram tais atos

<sup>32</sup>Governo de Israel, Ministério das Relações Exteriores, "Espadas de Ferro: Vítimas Civis", imprensa lançamento, 1 de setembro de 2024, e "Swords of Iron: IDF Casualties", comunicado à imprensa, 18 de setembro de 2024.

<sup>33</sup>Ver [A/HRC/56/26](#), parágrafo 46.

<sup>34</sup>Ver [www.idf.il/%D7%90%D7%AA%D7%A8%D7%99-%D7%99%D7%97%D7%99%D7%93%D7%95%D7%AA/%D7%99%D7%95%D7%9E%D7%9F-%D7%94%D7%9E%D7%9C%D7%97%D7%9E%D7%94/%D7%9B%D7%9C-%D7%94%D7%9B%D7%AA%D7%91%D7%95%D7%AA/%D7%A2%D7%93%D7%9B%D7%95%D7%A0%D7%99-%D7%93%D7%95%D7%91%D7%A8-%D7%A6%D7%94-%D7%9C/%D7%A2%D7%93%D7%9B%D7%95%D7%9F-%D7%93%D7%95%D7%91%D7%A8-%D7%A6%D7%94%D7%9C-20-08/](http://www.idf.il/%D7%90%D7%AA%D7%A8%D7%99-%D7%99%D7%97%D7%99%D7%93%D7%95%D7%AA/%D7%99%D7%95%D7%9E%D7%9F-%D7%94%D7%9E%D7%9C%D7%97%D7%9E%D7%94/%D7%9B%D7%9C-%D7%94%D7%9B%D7%AA%D7%91%D7%95%D7%AA/%D7%A2%D7%93%D7%9B%D7%95%D7%A0%D7%99-%D7%93%D7%95%D7%91%D7%A8-%D7%A6%D7%94-%D7%9C/%D7%A2%D7%93%D7%9B%D7%95%D7%9F-%D7%93%D7%95%D7%91%D7%A8-%D7%A6%D7%94%D7%9C-20-08/) (em hebraico).

<sup>35</sup>Ver <https://www.gov.il/he/pages/01092024-02> (em hebraico) e <https://www.idf.il/227210> (em Hebraico).

enquanto apertava o cerco à Faixa de Gaza, resultando em combustível, comida, água, remédios e suprimentos médicos não chegando aos hospitais, enquanto também reduzia drasticamente as autorizações para pacientes deixarem o território para tratamento médico. A Comissão conclui que essas ações foram tomadas como punição coletiva contra os palestinos em Gaza e são parte do ataque israelense em andamento contra o povo palestino que começou em 7 de outubro.

90. A destruição pelas forças de segurança israelenses da infraestrutura de assistência médica de Gaza teve um efeito severamente prejudicial na acessibilidade, qualidade e disponibilidade dos serviços de assistência médica, aumentando drasticamente a mortalidade e a morbidade, em violação ao direito à saúde física e mental, que está intrinsecamente ligado ao direito à vida. Ataques direcionados a instalações de assistência médica exacerbaram uma situação já catastrófica, com o rápido aumento no número de pacientes de emergência com ferimentos graves, aumentando a carga de casos de pacientes não tratados que sofrem de doenças crônicas ou que precisam de cuidados especializados.

91. Em relação aos ataques aos hospitais Nasr, Shifa', Awdah e turcos, a Comissão conclui que, em vista do número excessivo de mortes e ferimentos de civis, bem como dos danos causados e da destruição das instalações dos hospitais, as forças de segurança israelenses falharam em aderir aos princípios de precaução, distinção e proporcionalidade, constituindo os crimes de guerra de homicídio doloso e ataques contra objetos protegidos. A Comissão conclui que, nos ataques aos hospitais Shifa' e Nasr, as forças de segurança israelenses consideraram as instalações dos hospitais e todas as áreas ao redor como alvos indistintamente e, portanto, violaram o princípio da distinção. Com relação às forças de segurança israelenses que tomaram o Hospital Turco para fins militares e estabeleceram um posto militar nele, a Comissão conclui que tais ações não foram exigidas pelo imperativo da necessidade militar e, portanto, equivalem ao crime de guerra de apreensão de propriedade protegida.

92. A Comissão não encontrou evidências de atividade militar por grupos armados palestinos em Awdah ou no Hospital Turco no momento em que foram atacados. A Comissão documentou declarações das forças de segurança israelenses de que os hospitais Shifa' e Nasr estavam sendo usados para fins militares, e as alegações das forças de segurança de encontrar esconderijos de armas. No entanto, não conseguiu verificar essas alegações de forma independente. A Comissão confirmou a presença de um túnel e poço no terreno do Hospital Shifa', mas não conseguiu verificar se eles foram usados para fins militares. A Comissão verificou informações indicando que membros de grupos armados entraram no hospital Shifa' com veículos das forças de segurança israelenses que foram roubados em 7 de outubro. No entanto, não encontrou nenhuma evidência de presença militar nos departamentos hospitalares específicos que as forças de segurança israelenses bombardearam em novembro, incluindo a maternidade e a unidade de terapia intensiva. A Comissão conclui que, no momento dos ataques das forças de segurança israelenses, os hospitais e instalações médicas gozavam de proteção especial sob o direito internacional humanitário e eram imunes a tais ataques.

93. Forças de segurança israelenses e grupos armados palestinos se envolveram em intensas trocas de tiros nas dependências do Hospital Shifa em março, apesar da presença de milhares de civis, incluindo equipe médica, pacientes e pessoas deslocadas internamente. Ambas as partes do conflito violaram o direito internacional humanitário ao desconsiderar a proteção especial oferecida às instalações médicas e pessoas protegidas.

94. Ataques contra instalações de assistência médica resultaram diretamente na morte de civis, incluindo crianças e mulheres grávidas, que estavam recebendo tratamento ou buscando abrigo e indiretamente levaram à morte de civis devido à resultante falta de assistência médica, suprimentos e equipamentos, o que constitui uma violação do direito dos palestinos à vida. A Comissão também conclui que tais atos constituem o crime contra a humanidade de extermínio.

95. Em relação ao ataque de 29 de janeiro a uma família, incluindo cinco crianças, que estava em um veículo e a uma ambulância da Sociedade Crescente Vermelha Palestina (ver parágrafo 11), a Comissão, com base em sua investigação, conclui com base em fundamentos razoáveis que a 162ª Divisão das forças de segurança israelenses estava operando na área e é responsável por matar a família de sete pessoas, bem como por bombardear a ambulância, matando os dois paramédicos que estavam lá dentro. Essas ações constituem os crimes de guerra de homicídio doloso e um ataque contra objetos civis.

96. Os ataques israelenses a instalações médicas levaram a ferimentos e mortes de pacientes infantis e tiveram consequências devastadoras para os cuidados pediátricos e neonatais em hospitais de Gaza, criando uma grande necessidade não atendida de cuidados médicos e cirúrgicos complexos para crianças, incluindo bebês prematuros. Israel falhou em agir no melhor interesse das crianças e garantir a proteção de seus direitos à vida e ao mais alto padrão possível de assistência médica, e criou deliberadamente condições de vida que resultaram na destruição de gerações de crianças palestinas e do povo palestino como um grupo.

97. A Comissão conclui que a destruição deliberada de instalações de assistência à saúde sexual e reprodutiva constitui violência reprodutiva e teve um efeito particularmente prejudicial sobre mulheres grávidas, puérperas e lactantes, que continuam em alto risco de ferimentos e morte. Visar tal infraestrutura é uma violação dos direitos reprodutivos de mulheres e meninas e dos direitos à vida, saúde, dignidade humana e não discriminação. Além disso, causou danos físicos e mentais imediatos e sofrimento a mulheres e meninas e terá efeitos irreversíveis a longo prazo sobre a saúde mental e as perspectivas físicas reprodutivas e de fertilidade do povo palestino como um grupo.

98. Atacar intencionalmente instalações que são cruciais para a saúde e proteção de mulheres, recém-nascidos e crianças violou a norma do direito internacional humanitário consuetudinário que concede proteção especial a mulheres e crianças em conflitos armados. Tais atos prejudiciais eram previsíveis e não remediados. O sofrimento físico e mental prolongado de crianças feridas e os danos reprodutivos causados a mulheres grávidas, pós-parto e lactantes equivalem ao crime contra a humanidade de outros atos desumanos.

99. A Comissão conclui que as forças de segurança israelenses recorreram à perfídia quando soldados entraram em um hospital em Jenin vestidos como equipe médica e civis femininas em 30 de janeiro. Essa ação constitui uma violação do direito internacional humanitário.

100. Ataques de grupos armados palestinos contra equipes médicas, instalações médicas e ambulâncias em Israel a partir de 7 de outubro constituem um crime de guerra.

### **Detenção de palestinos**

101. A detenção arbitrária em massa de palestinos tem sido uma prática de longa data ao longo dos 75 anos de ocupação israelense de Gaza e da Cisjordânia. A detenção em Israel tem sido caracterizada por abuso generalizado e sistemático, violência física e psicológica, violência sexual e de gênero, e morte na detenção. A frequência e a gravidade dessas práticas aumentaram desde 7 de outubro.

102. Os maus-tratos de detidos palestinos pelas autoridades israelenses são o resultado de uma política intencional. Atos de violência física, psicológica, sexual e reprodutiva foram perpetrados para humilhar e degradar os palestinos. Isso foi observado em várias instalações e locais de detenção temporária, bem como durante interrogatórios e durante o trânsito de e para as instalações. Os detidos, incluindo idosos e crianças, foram submetidos a maus-tratos consistentes, incluindo falta de comida suficiente e instalações de higiene adequadas, espancamentos, linguagem abusiva e sendo forçados a realizar atos humilhantes. As forças de segurança israelenses cometeram esses atos com a intenção de infligir

dor e sofrimento, equivalendo à tortura como um crime de guerra e um crime contra a humanidade e constituindo uma violação da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. As mortes de detidos como resultado de abuso ou negligência equivalem aos crimes de guerra de homicídio doloso ou assassinato e violações do direito à vida.

103. Este abuso sistemático está direta e causalmente ligado a declarações feitas por oficiais israelenses, incluindo o Ministro da Segurança Nacional, que é responsável pelo Serviço Prisional de Israel, e outros membros do Governo de coalizão israelense legitimando vingança e violência contra palestinos. A falta de responsabilização por ações de membros individuais das forças de segurança israelenses e a crescente aceitação da violência contra palestinos permitiram que tal conduta continuasse ininterrupta e se tornasse sistemática e institucionalizada.

104. Prisões em larga escala de homens e meninos palestinos foram realizadas com pouca ou nenhuma causa justificável, em muitos casos aparentemente simplesmente porque eram considerados em “idade de lutar” ou não seguiam ordens de evacuação. A detenção de milhares de palestinos por períodos prolongados, mesmo quando claramente não representavam nenhum risco à segurança, foi arbitrária, ilegal e constitui punição coletiva e perseguição de gênero.

105. A política israelense de reter deliberadamente informações sobre nomes, paradeiro e status de detidos equivale ao crime contra a humanidade de desaparecimento forçado. O sofrimento mental das famílias dos detidos equivale à tortura.

106. As forças de segurança israelenses intencionalmente, ilegalmente e arbitrariamente privaram crianças palestinas de sua liberdade e direitos fundamentais e causaram sério sofrimento físico e mental. As forças de segurança israelenses transferiram crianças detidas de Gaza e da Cisjordânia para centros de detenção militares israelenses, onde foram detidas por períodos prolongados nos mesmos alojamentos que os adultos e submetidas a severos maus-tratos, humilhação e tortura. Maus-tratos a crianças também foram observados em instalações do Serviço Prisional de Israel. Crianças libertadas mostraram sinais de ferimentos físicos graves, sofrimento psicológico extremo e trauma.

107. As forças de segurança israelenses usaram detentos como escudos humanos em várias instâncias na Cisjordânia e em Gaza, o que constitui um crime de guerra. As forças de segurança israelenses transportaram detentos da Cisjordânia nos capôs de veículos das forças de segurança israelenses no meio de uma troca de tiros. Eles forçaram os detentos a entrar em túneis e prédios à frente do pessoal militar na Faixa de Gaza.

108. À medida que a intensidade das hostilidades aumentava, também aumentava a prevalência e os tipos de violência sexual e de gênero cometidos. No seu relatório anterior ao Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/56/26), a Comissão identificou atos persecutórios cometidos contra homens e meninos palestinos, incluindo a filmagem de nudez e desnudamento público forçado. A Comissão conclui que tais atos persecutórios continuaram na detenção na forma de tortura sexualizada. Os detidos do sexo masculino foram submetidos a ataques à sua sexualidade e órgãos reprodutivos, incluindo violência aos seus órgãos genitais e ânus, e foram forçados a realizar atos humilhantes e extenuantes nus ou despídos como uma forma de punição ou intimidação, com o objetivo de extrair informações deles. Os detidos do sexo masculino foram submetidos a estupro, o que é um crime de guerra e um crime contra a humanidade. Tais atos de violência sexual, causando severo sofrimento físico e mental, também equivalem a tortura.

109. As forças de segurança israelenses submeteram detentos homens e mulheres à nudez forçada e à desnudamento durante a transferência, em centros de detenção e durante interrogatórios ou revistas corporais, de forma generalizada e sistemática. Tomados em conjunto com outros atos de violência sexual cometidos com o propósito de humilhação ou degradação, como ser fotografado total ou parcialmente nu e submetido a agressões verbais e físicas,

abuso sexual e ameaças de estupro, os atos acima mencionados constituem crimes de guerra de tratamento desumano e ultrajes à dignidade pessoal e crime contra a humanidade de outros atos desumanos. Em alguns casos, tais atos equivalem ao crime de guerra e crime contra a humanidade de tortura.

110. As forças de segurança israelenses proibiram os detidos libertados de retornarem aos seus locais de residência no norte de Gaza. Essa proibição constitui deslocamento forçado. Ataques contra civis que tentam retornar às suas famílias equivalem a transferência forçada. Esses são crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

#### **Reféns israelenses e estrangeiros**

111. Em seu relatório anterior ao Conselho de Direitos Humanos, a Comissão concluiu que a tomada de reféns, tanto civis quanto soldados, por grupos armados palestinos constituiu um crime de guerra. A Comissão conclui que os reféns foram intencionalmente maltratados para infligir dor física e sofrimento mental severo. Tais maus-tratos incluem violência física, abuso, violência sexual, isolamento forçado, acesso limitado a instalações de higiene, água e comida, ameaças e humilhação. O Hamas e outros grupos armados palestinos forçaram os reféns a participar de vídeos, com a intenção de infligir tortura psicológica às famílias dos reféns para atingir objetivos políticos.

112. O Hamas e outros grupos armados palestinos cometeram crimes de guerra de tortura, tratamento desumano ou cruel, estupro e violência sexual e violaram a proibição do direito internacional humanitário consuetudinário sobre desaparecimento forçado. Infligir sofrimento mental às famílias das vítimas constitui tortura. A Comissão enfatiza que o Hamas e outros grupos armados palestinos, como partes detidas, são responsáveis pela segurança e bem-estar dos reféns. Crimes contra a humanidade, incluindo tortura, desaparecimento forçado e outros atos desumanos, foram cometidos contra reféns pelo Hamas e outros grupos armados palestinos. A autoridade de fato em Gaza tem a responsabilidade de investigar possíveis violações do direito internacional e responsabilizar os perpetradores.

## **V. Recomendações**

### **113.A Comissão recomenda que o Governo de Israel:**

**(um)Acabar imediatamente com a ocupação ilegal do território palestino, cessar todos os novos planos e atividades de assentamento, inclusive em relação à Faixa de Gaza, e remover todos os assentamentos o mais rápido possível, em conformidade com o parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça de julho de 2024;**

**(b)Assegurar, como potência ocupante, que os direitos da população sob seu controle efetivo seja salvaguardado e que os serviços médicos estejam disponíveis para todos;**

**(c)Cumprir todas as medidas provisórias ordenadas pela Organização Internacional Tribunal de Justiça, tomando todas as medidas ao seu alcance para impedir a prática de todos os atos abrangidos pelo artigo II, alíneas (a) - (d), da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio;**

**(e)Cessar imediatamente os ataques a instalações médicas, pessoal e veículos e cessar o uso militar de instalações médicas, em conformidade com o direito internacional humanitário; e garantir o acesso rápido, seguro e desimpedido de pessoal médico e ambulâncias às pessoas feridas;**

**(e)Garantir a reconstrução do sistema de saúde de Gaza e fornecer imediatamente tratamento médico com o mais alto padrão possível;**

(f) Acabar com o cerco a Gaza e garantir o fornecimento de todos os bens necessários manter a saúde da população e dos pacientes que necessitam de cuidados médicos;

(g) **Facilitar imediatamente a evacuação médica dos palestinos** Gaza, em particular pacientes com câncer e crianças, juntamente com seus responsáveis;

(h) **Cessar imediatamente a perseguição à saúde sexual e reprodutiva.** instalações de cuidados; cumprir as obrigações de garantir o acesso e a disponibilidade de serviços, bens e instalações de saúde reprodutiva de qualidade;

(eu) Comprometa-se com um plano de ação com prazo determinado para acabar com os graves direitos das crianças violações, incluindo medidas de responsabilização por ataques a instalações médicas, tendo em conta o facto de as forças armadas e de segurança israelitas estarem listadas nos anexos do relatório do Secretário-Geral sobre as crianças e os conflitos armados ([A/78/842-S/2024/384](#));

(e) **Cessar imediatamente a detenção arbitrária e ilegal de** Palestinos, incluindo crianças, e garantir o devido processo legal e julgamentos justos, de acordo com os padrões internacionais de justiça;

(k) **Assegurar que todos os palestinos que foram presos ou detidos sejam** tratados humanamente; cessar imediatamente a tortura e outros maus-tratos; tomar todas as medidas para prevenir e investigar as violações e garantir que os perpetradores sejam responsabilizados; garantir que as condições de detenção estejam em estrita conformidade com as normas internacionais;

(eu) Cessar imediatamente a prática de estupro e outras formas de violência sexual e violência de gênero na detenção; estabelecer protocolos e condições de detenção apropriados e específicos de gênero, inclusive em relação à revista de prisioneiros; fornecer cuidados de saúde específicos de gênero para mulheres e atender às necessidades de higiene das mulheres;

(m) **Fornecer informações sobre os nomes, paradeiro e condições de todos** detidos e corpos retidos; permitir o acesso do CICV aos detidos e fornecer assistência jurídica e representação;

(não) **Conceder acesso à Comissão e permitir-lhe entrar em Israel e no** Território Palestino Ocupado para investigar todas as violações do direito internacional, conforme ordenado pelo Tribunal Internacional de Justiça;

**114.A Comissão recomenda que o Governo do Estado da Palestina e as autoridades de facto em Gaza:**

(um) **Garantir imediata e incondicionalmente a libertação de todos os reféns;** publicar uma lista de todos os reféns e dos corpos retidos, detalhando nomes, paradeiro e condições; permitir o acesso do CICV aos reféns;

(b) **Garantir a proteção, o bem-estar e o tratamento adequado de todos** reféns restantes, em particular crianças e idosos, incluindo proteção contra violência sexual e de gênero, até sua libertação em conformidade com o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos;

(c) **Assegurar que os civis não sejam utilizados como escudos humanos, em estrita conformidade** conformidade com o direito internacional humanitário;

(e) **Investigar e processar de forma completa e imparcial as violações de** direito internacional, incluindo o ataque a instalações médicas em Israel a partir de 7 de outubro de 2023; cooperar plenamente com as investigações do Tribunal Penal Internacional;

115.A Comissão recomenda que todos os Estados-Membros:

(um) **Cumprir o parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça e obrigações legais internacionais de não reconhecer a ocupação ilegal de Israel; não prestar qualquer auxílio ou assistência na manutenção da ocupação; distinguir nas suas relações entre Israel e o Território Palestino Ocupado;**

(b) **Cumprir todas as obrigações do direito internacional, incluindo a obrigação nos termos do artigo 1 comum das Convenções de Genebra para garantir o respeito pelo direito internacional humanitário por todos os Estados partes, incluindo Israel e o Estado da Palestina, bem como as obrigações decorrentes da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e da Convenção sobre Genocídio;**

(c) **Deixar de auxiliar ou auxiliar na prática de violações; explorar medidas de responsabilização contra supostos autores de crimes internacionais, graves violações de direitos humanos e abusos em Israel e no Território Palestino Ocupado;**

(e) **Cooperar com a investigação do Ministério Público do Trabalho Tribunal Penal Internacional.**